

Mulheres nas eleições de 2014 – *elegibilidade*, um desafio que permanece

Clara Araújo¹

A história destas eleições ainda está acontecendo. E certamente será registrada como a história das mulheres nas suas lutas para ocupar espaços de poder e se firmarem como competidoras num país continental como o Brasil. Mas de todo modo, como os resultados preliminares (primeiro turno), e em especial aqueles obtidos nas eleições proporcionais, podem ser lidos até o momento? Os dados aparecem como contraditórios quando olhamos a disputa presidencial e as situadas nos outros níveis eleitorais. Para a Presidência (ainda em processo) temos desde já importante legado a favor da igualdade de gênero - presença das mulheres que disputaram e os votos obtidos pelas mesmas. Nos outros níveis, preocupantes porque apontam, sobretudo, para a repetição geral do padrão de baixa elegibilidade, identificado no baixo contingente de eleitas. Mas é possível outros olhares, com dimensões a serem consideradas quando passamos da constatação do fato (baixa elegibilidade das mulheres) para a análise de suas causas e dos desdobramentos. E estas tanto têm aspectos positivos como negativos.

Leituras positivas possíveis

Destaco primeiro o aumento substancial das candidaturas. O Brasil chega, após 16 anos de aplicação de cotas em eleições proporcionais, ao que muitos países alcançaram no início da década de 2000, ou seja, ao patamar de 30% de mulheres nas listas de candidaturas ao legislativo. A análise dos caminhos de aplicação das cotas e, em especial, da sua eficácia não é o objeto central deste texto. Mas o fato é que o objetivo direto das cotas era a ampliação do número de mulheres competindo. As candidaturas avançaram em 50% entre 2010 e 2014. A pressão de movimentos de mulheres e de mulheres políticas contribuiu para aprimorar a legislação, e o esforço dos tribunais e setores de justiça em fazer cumprir a lei tem sido fundamental. Além disso, parece que houve uma razão adicional e de ordem mais subjetiva, a ser mais bem discutida futuramente: o efeito simbólico dos bons resultados das candidaturas presidenciais de mulheres nas eleições de 2010 e a presença de uma mulher na Presidência da República. Como estudos têm indicado, mulheres em cargos elevados podem funcionar como estímulo para que outras se candidatem, assim como estímulos para os partidos incluírem candidatas e, com isto, mostrarem maior abertura e simpatia com a Causa. Seria interessante investigar esses efeitos aqui no Brasil.

Como segundo ponto positivo destaco as evidências de que não existe uma “resistência” dos eleitores em votar em mulheres. Os dados destas últimas duas eleições (2010 e 2014) demonstrando isto. O sexo do candidato não aparece como muito importante na definição de voto, e os eleitores assinalam isto quando perguntados se votariam em mulheres para presidente (Cavenaghi e Alves, 2012)². As evidências são os votos. Primeiro o posicionamento geral e final das mulheres na disputa para o primeiro turno das eleições presidenciais. Em 2010 nove candidatos concorreram ao cargo de presidente. Duas eram

¹ Professora do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- Instituto de Ciências Sociais/UERJ. Coordenadora do NUDERG/UERJ.

² S. Cavenaghi e J.E.Alves, “*Quem vota em quem? Um retrato das intenções de votos nas eleições para presidente em setembro de 2010*”, in J. Alves, C. Pinto e F. Jordão (Org) *Mulheres nas eleições 2010*, ABCP\SPM, 2012.

mulheres: Marina Silva e Dilma Roussef. No primeiro turno de 2010, 69,5% dos votos válidos foram dados às mulheres. No primeiro turno destas eleições houve onze candidatos concorrendo e três mulheres integrando a disputa (ainda que por força das circunstâncias, com a morte de Eduardo Campos). Entre os cinco candidatos que tiveram mais de 1% dos votos, três são mulheres. Respectivamente, 41,55%, 21,32 e 1,55% dos votos para Dilma Roussef, Marina Silva e Luciana Genro. Isto somado dá um total de 64,46% do total de votos válidos. Mesmo com a variação de cerca de 5 pontos entre os dois pleitos, e independentemente de outras variáveis, a confiança na capacidade política das mulheres para governar o país é algo que a população brasileira vem demonstrando nas urnas.

O terceiro item que pode ser considerado positivo é relativo ao percentual de mulheres eleitas para o Senado. Desde 2002 o patamar de eleitas para a Casa estava estacionado em cerca de 15% do total. Neste ano, assim como em 2006, foram 27 vagas em disputa. Houve 13,4% de candidatas ao Senado e duas mulheres foram eleitas. Em 2014 cinco candidatas se elegeram, o que passa a corresponder a 18,5% do total de eleitos. A eleição para o Senado tem um princípio majoritário. Ainda que tímido, esse resultado também indica que quando as mulheres conseguem passar pelos filtros da disputa e conseguem mostrar suas propostas, competindo em cenários majoritários, há um grau maior de chance de vitória.

Como quarto aspecto há o próprio resultado para a Câmara Federal. Se for considerado em relação com as eleições anteriores, os números são positivos, embora baixos. O percentual de eleitas estava estacionado, há muito tempo, em 45 mulheres ou 8,8% do total. Nestas eleições as 51 deputadas eleitas correspondem a 9,9%. Isto significa um incremento de 13,3% em relação ao pleito anterior. Tomando-se por base os eleitos em cada eleição, e não quem entra posteriormente como substituto de eleitos, ou seja, e não os suplentes, conclui-se que não houve um decréscimo ou retrocesso. Talvez a leitura negativa que tem predominado se deva às expectativas com as cotas de candidaturas. Muitos argumentos eram baseados na premissa de que, a uma porcentagem de candidatas corresponderia, mais ou menos, uma porcentagem de eleitas. Expectativa errônea porque excessivamente matemática e normativa. Ademais com várias indicações prévias de que não havia como funcionar.

Como quinto item destaco que aumentou a fragmentação eleitoral mas esta não prejudicou diretamente as mulheres. A relevância (ou problema) está no fato de que mais atores institucionais (partidos) entraram na cena da Representação. Em 2010 houve 22 siglas que elegeram representantes para a Câmara dos Deputados. Em 2015 a Câmara terá 28 partidos representados. Mas, nesse cenário, também aumentou o número de legendas com presença de mulheres. De 14 no ano de 2010 para 17 nestas eleições.

Por fim, cabe notar que os dois maiores partidos da Câmara tiveram suas bancadas reduzidas – o PT passou de 88 eleitos para 70 e o PMDB de 71 para 66. Apesar disso, ambos mantiveram os números absolutos de mulheres eleitas em 2010 (respectivamente, 9 e 7). Nesta eleição a terceira bancada ficou com o PSDB. Este partido registrou um ligeiro crescimento: sua bancada passou de 54 para 55 deputados. E o número de mulheres eleitas que em 2010 foi de três, subiu para cinco.

Resultados negativos e os enigmas da elegibilidade

Em dois níveis de disputa – governos estaduais e Assembleias Legislativas - os resultados, quando considerado o raciocínio anterior, ou seja, comparação com 2010 ou antes, foram negativos. Dezoito mulheres se lançaram para o cargo de Governador, mas no primeiro turno nenhuma mulher foi eleita. Em seis estados elas ficaram em terceiro lugar. Em apenas um estado há uma mulher disputando a vaga de Governador no 2º. turno. Ou seja, podemos talvez não ter governadoras. Isto num Brasil de 27 estados/distritos, que conta com uma Presidenta e que teve três mulheres como importantes protagonistas das eleições majoritárias. Igualmente preocupante é o resultado para as Assembleias Legislativas. Só 11,3 % dos eleitos são mulheres. Em 2010 esse percentual chegou a 12,8%. Uma vez que as eleições no Brasil são “casadas”: presidente, senador, governador e deputado estadual – é provável que esses efeitos tendam a se relacionar.

Por fim, considerando que esses dois espaços proporcionais - Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas - foram objeto da adoção das cotas, nota-se que o incremento de candidaturas de cerca de 50% e a meta geral atingida de um mínimo de 30% de candidatas confirmaram, agora de forma mais consistente, certo efeito inverso na relação entre candidaturas e vagas. Para a Câmara dos Deputados no ano de 2010 foram registradas 1335 candidatas e foram eleitas 45 deputadas. Ou seja, 3,4% das mulheres que se candidataram se elegeram. Em 2014 o total de candidatas subiu³ para 1767 e, mesmo crescendo o número absoluto de eleitas, proporcionalmente esse universo foi reduzido para 2,9% de candidatas eleitas. Para as Assembleias Legislativas o quadro foi o seguinte: em 2010 foram registradas 3498 candidaturas. Foram eleitas 137 mulheres correspondendo a 3,9% do total de candidatas. Em 2014 foram registradas 5651 mulheres como candidatas e foram eleitas 120. Isto corresponde a 2.1% do total de mulheres que se candidataram.

Em ambos os níveis as eleições a proporção de eleitas entre candidatas é baixa e mostra a dimensão do problema. A ampliação das candidaturas revela um ponto frágil, situado na *competitividade das mulheres*. Em especial nas suas condições de elegibilidade em mercados eleitorais mais diversificados, com regras que desfavorecem quem está fora e/ou não porta determinados “requisitos” para o acesso a esse campo de eleição.

No Senado os resultados melhores (ou menos piores) talvez se devam a duas razões. Primeiro, quem se habilita e consegue ser candidata já passou por um grande filtro e mostrou portar recursos a mais para concorrer. E segundo, uma vez candidato(a) ao Senado, há (ou tende a haver, pela lógica eleitoral) uma espécie de vetor hierárquico num sentido ascendente do cargo: muitos candidatos embaixo, nas campanhas para deputados federais e deputados estaduais, trabalhando, pedindo votos para um [único candidato a Senador. Já para deputados, e com as características da campanha eleitoral para proporcionais, o que deveria ser o agrupamento de pessoas em torno de objetivos programáticos “espelhando” no estado a diversidade de opiniões, demandas, perfis, através dos partidos com os seus concorrentes, tende a se parecer mais com um cenário descrito por Hobbes: uma “guerra de todos contra todos”, uma vez que predomina a disputa *intra-partidária* com os candidatos de um mesmo partido competindo entre si. Deputado Federal tende a ser o pior cenário pois, na tradição e lógica política brasileira, é aquele de quem os deputados estaduais esperam algum tipo de ajuda. E quem tem

³ Ainda com pendências de registros de candidaturas junto ao TSE e aos TER's.

condições de disputar nessas condições e, sobretudo, e vencer? como os partidos se comportam? e quais são os perfis de quem tem se saído vitorioso nas competições eleitorais?

O ritmo do crescimento nos conduz de volta à indagação sobre o porquê de os homens continuarem se elegendo mais e/ou as mulheres se elegendo menos. Há sinais contraditórios: vota-se em mulheres para o cargo mais importante do país, partidos lançam mulheres para cargos majoritários, mas, sistematicamente, nos cargos legislativos proporcionais temos resultados considerados tímidos.

Papel dos partidos nos resultados e as amplas fronteiras que os contornam

Avaliações sobre resultados eleitorais e gênero estão chamadas a considerar múltiplas causas e fatores e por isto também dificulta compreendermos quais são mesmo aquelas que determinam o sucesso ou insucesso. A multiplicidade inclui as características institucionais do sistema partidário, do sistema eleitoral (são articulados mas distintos), os valores culturais, as condições sócias econômicas e também os elementos psicológicos, simbólicos e contextuais. A eleição deste ano, marcada excepcionalmente pela morte de Eduardo Campos, é um caso emblemático dessas interveniências.

Sem dúvida, entender os “porquês” sub-representação de mulheres passa por compreender as ações definidas pelos partidos e seus lugares como figuras institucionais centrais. O (insatisfatório) compromisso dessas organizações com políticas efetivas de estímulo parece ser fato e, por isto, é pergunta relevante de investigação, debate e análise. Contudo, parece que o horizonte da crítica política tendeu a se estreitar na última década. Primeiro se pode observar um tipo de abordagem de consenso em torno sobre os resultados das cotas que se torna diluída de substância e de conteúdo. Há uma pauta politicamente correta que é assumida consensualmente pelos partidos. E isto é demonstra a força da luta feminista neste último século e no atual. Ao mesmo tempo, essa pauta posiciona todos os partidos políticos num mesmo e difuso patamar. Posiciona a todos em certa condição confortável de responsabilidades. Pois se todo mundo é a favor da igualdade e é coerente nas decisões sobre os investimentos e a política, quem de fato não o é, ou não tem isto como algum princípio relevante? Então cabe retomar perguntas como, será mesmo que o principal divisor de águas entre os partidos para uma “justiça de gênero”⁴ está entre os homens e as mulheres? Quem ou quais organizações são mais ou menos favoráveis ao quê? E o que isso implica?

A (in) efetividade das cotas impulsionou o debate sobre fatores intervenientes nos processos eleitorais. Aprimoramentos legais ocorreram. Há mais evidências sobre seus limites no âmbito do tipo de Sistema Eleitoral e isto tem reorientado os objetivos das propostas de cotas, associando-as ao debate sobre Reforma Política. O papel dos partidos continua no foco das indagações. Mas neste ano, ao clássico problema do desinteresse em fazer cumprir as cotas, devido ao alcance mínimo das metas de candidaturas se somam críticas sobre a forma displicente e burocrática como as cotas parecem ter sido cumpridas, inclusive através de frases emblemáticas da situação, segundo a qual houve *arrastão* dos partidos para pegarem mulheres. A ressalva de que esse tipo de generalização tende a ser problemática se deve a três razões principais. Problemática porque coloca as organizações

⁴ Termo tomado emprestado de Fraser, *apud* Araújo 2014.

partidárias num mesmo (e rasteiro) patamar, problemática porque tende a reforçar a imagem de mulheres como despolitizadas, manipuladas e vítimas, sem vontade, autonomia, interesses ou sem “agência” e, por último, problemática porque tornam secundárias perguntas sobre condições políticas e estruturais de desigualdade de gênero que reproduzem a adversidade à participação pública, ou resultam na sua diluição.

Some-se a isto um outro aspecto. A contexto recente apresenta ou intensifica polarizações e formatos de debate políticos e sociais que têm implicações concretas para uma “justiça de gênero” e entram nessa equação de inclusão sob ângulos mais ampliados em relação há 15 anos, quando as cotas começaram a ser debatidas. O *apoliticismo* (aversão à política, associação entre política, partidos e corrupção e ainda entre política e interesses particulares), tem sido estimulado, sobretudo, através da crítica aos Partidos Políticos. As organizações partidárias como tal têm sido percebidas, ou estimuladas a serem percebidas, como as “vilãs” da institucionalidade democrática. Contudo ainda não existem propostas viáveis e democráticas que substituam os partidos nesse papel da Representação. Partidos são (ou deveriam ser) organizações programáticas, ideológicas voltadas para disputar o Poder. Nas sociedades democráticas contemporâneas, onde vigora a Democracia Representativa, em geral são as organizações que congregam grupos e indivíduos que pretendem concorrer às eleições. E mesmo quando parte deles não expressa esses princípios, de alguma forma expressa valores e modos de organização da sociedade, incluindo a forma como os diferentes grupos, segmentos, classes e pessoas lidam com a participação e organização cívicas e políticas. Ou seja, neste caso, não são instituições alheias e à parte do que também é a sociedade brasileira, ou descoladas de seus valores e dinâmicas. E tampouco são uniformes nas suas estratégias, nos seus interesses ou nas suas formas de lidar com a questão da “igualdade de gênero”. Generalizações tendem a reforçar esse tipo de percepção.

Partidos não são abstrações e são formados por pessoas na forma de grupos de indivíduos que defendem proposições (sexuados, *generificados* e situados em posições de classe). A análise de suas condutas de maneira genérica limita o debate político, nivela essas instituições num mesmo patamar e deixa na superfície questionamentos mais amplos sobre as condições democráticas de competição. Os partidos advogam a mesma coisa - igualdade de gênero - mas operam, inclusive nas eleições, de maneira diferenciada e obtêm resultados diferenciados. Além disso, no *exercício da crítica aos estreitos horizontes dos partidos no quesito igualdade de gênero*, importa a distinção entre compromisso partidários *efetivos* e *retóricos*. Em outros termos, sobre compromisso mais estritos sobre a igualdade de gênero, assim como sobre condições gerais de competição que podem ser mais ou menos inclusivas. E aqui se pode perguntar como os resultados recentes se articulam com esses propósitos mais gerais? Está fora de dúvida que a lógica eleitoral joga um papel próprio. E há alguns desdobramentos dos resultados que seguem relevantes, inclusive para compreendermos de forma mais precisa o que ocorreu com as cotas e 30% das candidaturas.

Aparentes contradições e os tipos de recursos dos elegíveis

Análises e/ou diagnósticos, mesmo que mais gerais, mas com informações sobre outros traços da competição podem contribuir para que o debate não se torne algo amorfo e esvaziado de significado democratizante. No caso dos compromissos partidários com a

igualdade de gênero, podem contribuir para que tais organizações não sejam niveladas num mesmo patamar. Outros dados podem situar o “campo” no qual essa competição está ocorrendo a partir de algumas perguntas. Primeiro sabemos que é um campo desenhado pelo masculino como pertença, identificação física e formas simbólicas de significar a ocupação de espaços do poder. Com base nessas premissas gerais, outras perguntas podem ser feitas: se trata de um campo neutro? se não é neutro, quem ou quais atores se posicionam e em quais aspectos? E em que isso se favorece a reprodução da sobre-representação de homens e da sub-representação de mulheres? Quais condições continuam centrais para entender a conjunção de fatores que persistem como obstáculos para mulheres? Na perspectiva não só de gênero, mas feminista, identificar esse fator tem levado a outro patamar necessário do debate que é o da Reforma Política.

Um ponto inicial é retomar um constructo que tem ficado meio diluído nesse (aparente) consenso da pauta de gênero que se construiu nas instituições de Representação Política e entre partidos: o de situar as organizações partidárias no campo ideológico de Esquerda, Centro e Direita. Esse marcador - o das agregações ideológicas, ainda que num sentido *latu* – é tido por muitos como superado. Mas se for pensado à luz do contexto eleitoral atual e dos debates que circulam no momento, a atualidade desse marcador fica evidente. Tendências identificadas em estudos comparados entre vários países apontam para maior elegibilidade entre os partidos da Esquerda e menor entre os partidos do Centro e da Direita. E no Brasil? A seguir um exercício numérico sobre o que foi dito. No (baixo) padrão de elegibilidade, a Esquerda tende a confirmar essa tendência. Atualmente é difícil identificar os contornos claros do bloco de Esquerda no país. Mas apenas a título de verificação para o momento, e usando um critério alargado de certos compromissos com *a igualdade social* e com *direitos humanos*, foram elencados 7 partidos como de Esquerda e de Centro-Esquerda e que elegeram deputados federais.⁵ A soma de alguns números nesses partidos aponta para o seguinte: 156 eleitos para a Câmara dos Deputados. Isto corresponde a 30% de todos os eleitos. Entre esses 156 eleitos há 22 mulheres. Na classificação ideológica, a Esquerda e o Centro-Esquerda elegeram 14,1% de mulheres no total desse grupo. Essas 22 mulheres correspondem a 43,1% de todas as mulheres eleitas para a Câmara. No restante, se definirmos o agrupamento genérico Centro, temos que 207 deputados foram eleitos por pelo Centro, o que corresponde a 40,4 % do total de deputados eleitos. Destes, 20 são mulheres. Estas mulheres, por sua vez, constituem 9,6% do total de deputados do Centro e 39,2% do total de eleitas. Já uma junção ligeira para definir a Direita e o Centro-Direita indica um total de 150 deputados eleitos e 10 mulheres nesta lista. Isto significa, em números percentuais, 15% do total de eleitos pela agregação Centro-direita e Direita e 17,3% do total de 51 eleitas. Como se vê, há diferenças claras nos dados agregados por grandes grupos ideológicos. E estas indicam alguma coisa em investimentos, compromisso e resultados. Os três termos importam às perspectivas feministas para pensar o gênero e suas iniquidades.

Passemos rapidamente à análise de alguns fatores e trajetórias que construíram os vencedores eleitorais deste ano de 2014. A pergunta que proponho é a seguinte: em que

⁵ Critérios genéricos sem maior rigor analítico: PT, PDT, PSB, PC do B, PSOL, PPS, PV. A tentativa de fazer o mesmo com Centro e Direita e Centro-Direita se mostrou difícil e portanto a agregação é pontual e limitada. Centro: PMDB, PSDB, PTB, SD, PROS e PMN. O restante foi, momentaneamente, classificado de Centro-Direita ou Direita.

medida esses traços de trajetórias contam e ajudam a definir maior ou menor equidade nas competições? A análise dos votos e dos resultados obtidos por mulheres que concorreram ao cargo de Deputado Federal sugere que, na média, há baixa competitividade. No entanto, é necessário pensar sobre o que confere “capacidade” na política em suas construções de gênero, mas também nas engenharias eleitorais e nas lógicas do atual Sistema Eleitoral. Ou a “competitividade” e sua contextualização. Conforme tenho escrito, assim como outros colegas, primeiro, nada indica que as candidatas que se habilitam sejam menos *capazes*. Há um grupo extremamente competitivo de mulheres e que alcança, inclusive, a condição de campeão de votos em alguns estados. Mas em geral estão em alguns nichos, assim como alguns homens. Mas se esta parte for excluída, a média de votos desse grupo fica bem abaixo da média dos homens. Ocorre que mesmo o termo “competitividade” não é desprovido de conteúdos que expressam certas realidades.

Considerando essa ressalva, como certos traços nos ajudam a pensar sobre as a competitividade no acesso ao poder? De qual competitividade estamos falando? Quais os recursos que têm determinado as chances de carreiras políticas vitoriosas e as trajetórias que se ampliam no Brasil? O peso dos *recursos financeiros* está crescendo. Então ser competitivo no Brasil parece estar se relacionando cada vez mais com a variável “dinheiro”.⁶ Os recursos financeiros contam e muito nas campanhas. Ser empresário, mesmo que pequeno ou médio, indica certa condição de ganho e possíveis vantagens eleitorais. Ainda de acordo com o DIAP⁷, o número de pessoas eleitas e que se declaram empresárias aumentou entre 2010 e 2014 e, nesta bancada recém-formada corresponde a cerca de 190 deputados. A maior parte é de homens. E qual a proporção de pessoas na população que se declaram empresárias? Qual a proporção que corresponde às mulheres? Aumentou também o número de “milionários” (pessoas que declararam ter mais de 1 milhão de reais). Ocorre que poucos na sociedade têm 1 milhão de reais ou mais e, menos ainda, as mulheres. Em pesquisa do Consórcio Bertha Lutz e citada anteriormente (Araújo e Borges, 2012: 373) constatou-se que as chances das mulheres se elegeram quando tinham mais de um milhão de reais mudava consideravelmente em relação à média, se tornando até mais favorável do que as chances dos homens. Quando essa quantia estava abaixo de 1 milhão a tendência se invertia. Entre aqueles que declararam ter entre R\$ 100.000 e R\$ 1.000.000 as chances dos homens era de 1,63 e a das mulheres de 0,61. Praticamente o mesmo resultado ocorria quando esse valor baixava de R\$ 100.000 (cem mil reais). Esse dado mostra duas coisas. Primeiro que as mulheres só melhoram ou até suplantam os homens quando têm mais de 1(um) milhão de reais. Segundo, ocorre que só 6% de todos os candidatos declarou ter mais de 1 milhão de reais. Ou seja, o elevado custo de campanha e a seletividade. Então quem é competitivo? Como o atual modelo de financiamento interfere nas chances dos candidatos? A “competitividade”, portanto, não é neutra em vários aspectos.

Competitividade está ligada também a trajetórias. As trajetórias mais comuns já filtravam o sexo porque requeriam outros “requisitos” sociais para se ser um político. E tais

⁶ As pesquisas de Speck e Sacht e de Araújo e Borges, em 2010, publicadas no livro “mulheres nas eleições 2010” (2012), mostraram claramente o peso do dinheiro.

⁷ Informações e dados sobre os perfis mencionados foram retirados, principalmente, do site do DIAP (Departamento (www.diap.org) entre os dias 14 e 19 de outubro de 2010.

“requisitos” têm uma história de sua construção, associação de imagem, naturalização de constructos sociais de gênero como qualidades, entre outros aspectos. Podem ser aqui citados: experiência, trajetória pública, recursos (não só em dinheiro e este já vimos). Há também *tempo*, *“habilidade” na retórica* (que certas atividades, como ser pastor, ter ocupado outros cargos de representação política ou em outros espaços contribuem para os constituir). Os chamados “grupos *out-siders*” (todos aqueles que estão fora da política e que ainda não foram “provados”) tendem a ter mais dificuldades para demonstrar suas capacidades para serem efetivamente representante. Mas isto também depende do contexto no qual est[a] situado. Se os candidatos pertencerem também a outros setores que costumam ser ou ter “capital político” nem sempre precisam ser provados em qualquer coisa. Os resultados desta eleição mostraram que alguns deles se fortaleceram e há maior elitização da política.

Outro aspecto é o *familismo*, uma forma comum de reprodução das elites. Eleição de parentes é uma forma de manter o poder entre famílias. Muitas vezes candidatos são indicados explicitamente como “herdeiros”, tal qual uma propriedade privada. Esse não é um privilégio do Brasil. Formas de *familismos* se reproduzem em diversos tipos de sistema políticos, mas quanto mais democrático é o sistema maior as chances de que outros canais funcionem mais e as famílias, menos. Nestas eleições foram reeleitos 40 deputados cuja principal referência para entrar foram os nomes de suas famílias. E foram eleitos outros 43. Ou seja, a bancada do “sobrenome” foi ampliada. Em 2010 esse total foi de 78 (Diap, 17/10/2014). Sabe-se que muitas mulheres entram por esse canal e não necessariamente deixarão de ter atuação relevante, ao contrário, o histórico mostra que muitas alçam voo próprio. Mas efetivamente o credenciamento prévio familiar em geral tem o objetivo de manter poderes anteriores conquistados. E quanto mais forte a bancada *familista* menos chances para outros indivíduos *our-siders*.

Outros dois perfis ressaltados pelo DIAP também merecem breves notas. A continuidade do forte perfil religioso e do aumento da Bancada, ainda por ser confirmado, e a redução do número de deputados ligados a causas sociais. No caso da frente sindical o levantamento do DIAP aponta para uma redução de quase 50% de eleitos: de 83 passará para um pouco mais de 40 deputados. Em ambos os casos, ainda falando de chances e não de agendas, é possível afirmar que fletem formas de acesso mais problemáticas para as mulheres. Senão vejamos: boa parte da bancada religiosa é composta de pastores de igrejas evangélicas e neopentecostais. O acesso a rádios, programas de televisão e púlpitos, sem dúvida confere uma chance inicial razoável na partida. Ocorre que poucas são as igrejas que aceitam mulheres como pastoras, bispos ou pregadoras. O levantamento prévio indicou cerca de 40 pastores e bispos no interior dessa bancada. Por outro lado, sabe-se que um dos canais importantes de ingresso de quem não dispõe de recursos financeiros e não vem de famílias de elite são os movimentos sociais e, em particular, os sindicatos. A redução de ingresso via esses canais diz algo sobre a organização e participação popular nos processos e eleitorais e tende a resultar num estreitamento das chances de ingresso da maior parte das candidatas.

Ainda, discutir a relação entre eleição e recrutamento partidário implica responder, também, a uma tendência já constatada em eleições anteriores, sobre as chances de uma reeleição para homens e para mulheres. Nas eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados, aqueles candidatos à reeleição tinham 23 vezes mais chances de se eleger do

que quem não disputava a reeleição. Mais os homens tendiam a ter mais chances do que as mulheres – cerca de 22 vezes mais chances, ao passo que as mulheres cerca de 16 vezes (Alves e Araújo, 2017). Os resultados deste ano reforçam isto. Parece ser mais difícil para as mulheres manter seus mandatos do que para os homens. O que poderia indicar uma renovação, uma oxigenação da Câmara, no caso das mulheres parece indicar, também, ou sobretudo, fragilidade política e dificuldades estruturais na competição. Entre as 51 mulheres eleitas, 32 são novatas e 19 são reeleitas. A assim chamada “renovação” parlamentar entre as mulheres é bem maior do que a proporção geral encontrada na Câmara. Segundo o DIAP, a renovação total da Câmara foi de 46,8% e entre as deputadas isto atingiu 62,7%. Convém ressaltar que algumas deputadas não voltarão aos seus mandatos porque concorreram a outros cargos, ou ainda, porque decidiram não concorrer para a reeleição a fim de ocuparem outros cargos. Foram os casos, por exemplo, das Deputadas Rose de Freitas, do Espírito Santo e Manoela D’Ávila no Rio Grande do Sul.

Alguns desdobramentos práticos

Em suma, permanece determinado padrão de gênero nas eleições. Os resultados eleitorais recentes apontam para possíveis efeitos conservadores que afetam a própria ideia de igualdade de gênero. Efeitos indiretos que estão associados a uma perspectiva democrática na Representação, com enorme impacto sobre uma agenda feminista. A conjuntura atual reforça o foco da política e de pesquisas numa agenda de Reforma Política e de relações entre compromisso partidários e estruturas sociais que influenciam os percursos e trajetórias políticas.

Há cerca de duas décadas algumas análises sobre partidos políticos começaram a situar e separar as chamadas *estratégias da retórica* das *estratégias efetivas*. Com o foco no aprimoramento da legislação de cotas, as expectativas foram direcionadas para o *poder normativo* sobre os partidos. O momento pede a ampliação do debate, incluindo nas análises sobre as dinâmicas organizacionais e de ingressos nos partidos, assim como as relações com fatores externos. Isto pode contribuir para sair de certo “afunilamento” do debate aos atuais parâmetros quantitativos das cotas.

Um tópico mais imediato e que pode gerar perguntas interessantes pode ser o da avaliação quantitativa do *alargamento do recrutamento eleitoral para concorrer*. Políticos e pessoas dispostas a concorrer só minoritariamente surgem de um processo endógeno aos próprios partidos, ou seja, se originam das máquinas partidárias e das dinâmicas internas que produziram os potenciais concorrentes. Surgem, de forma majoritária, de outros espaços de organização social, econômica, cívica da própria sociedade. E, mais recentemente, de carreiras individuais de personalidades com algum tipo de recurso. Personalidades carismáticas ou famosas por alguma razão, por exemplo. Análises sobre os processos internos de recrutamento têm sido feitas, mas são localizadas ou, no máximo comparando alguns estados.⁸

Com as eleições de 2014 cria-se uma base para construirmos um panorama mais geral sobre a *efetividade das candidaturas*. Ou seja, dos resultados quantitativos da distribuição de votos entre candidaturas vencedoras e não vencedoras. Perguntar como a distribuição

⁸ Análises sobre os processos internos de recrutamento têm sido feitas, mas são ainda insuficientes. Aos interessados Alvares (2004); Santos et al (2012), e Palmeira e Nyliin (2012) e Araújo e Borges (2012).

das candidaturas não vencedoras ocorreu, do ponto de vista de seus resultados eleitorais – votos – assim como nos perfis, acrescenta ao debate uma análise sobre o que é ser *candidata de cotas* e ser *candidata efetiva*, na atual lógica de sistema eleitoral. Além de conhecer mais a fundo essa distribuição, confere-se visibilidade à prática que, independentemente de sua dimensão e vinculação às cotas, não decorre de momento e, tampouco, atinge apenas as mulheres. É provável que sejam encontrados muitos “laranjas” ou pessoas que compuseram listas e sejam homens. Mas como são as mulheres que sempre são chamadas a justificar o seu lugar no mundo, são também chamadas a justificar sua inserção, mesmo que como crítica. Como propôs muito bem Murray, talvez seja momento de inverter os lugares do questionamento sobre a ausência de maior equilíbrio de gênero⁹ Essa inversão incluiria outros parâmetros de concorrência democrática. Poderia ser verificado se é justificável, em termos práticos e substantivos, o volume de candidaturas atualmente existente. E a perguntas poderiam ser invertidas, tais como, será que as vagas vêm sendo preenchidas recorrentemente por homens competitivos? há equilíbrio entre vagas disponíveis e vagas preenchidas? como esse preenchimento expressa a relação entre candidaturas formais e efetivas? se há um vazio, será que não é o caso de reduzir o número de vagas/partidos?

A crítica feminista pode colaborar ainda mais para situar o papel dessas organizações e sua responsabilidade no processo de ingresso das mulheres, mas também para identificar e discutir se as práticas internas dessas instituições são idênticas ou não. Há muitos pontos que estão obscuros sobre as práticas internas dos partidos nas últimas duas décadas, como por exemplo, em relação à tomada de decisões, às formas de participação de militantes e afiliados, sobre como as pessoas são incentivadas a participar (ou não) e sobre como são tomadas as decisões ou a definição prévia de possíveis competidores. Há cerca de duas décadas algumas análises sobre partidos políticos começaram a situar e separar as chamadas *estratégias da retórica* das estratégias efetivas. É oportuno refletir mais a fundo sobre isto, sobre se há ou não diferenças entre as formas dos partidos de incluírem mulheres. Isto porque, observando sob um ângulo não apenas equitativo numericamente, os processos eleitorais recentes guardam mais aspectos contraditórios do que essencialmente negativos.

⁹ Como propôs Murray (2012), inverter a pergunta para o porquê de existir uma sobre-representação dos homens. E aqui acrescento, mesmo quando os espaços podem se mostrar desnecessários, ou excessivos para o momento, como pode ser o caso do número total de vagas oferecidas. No nosso caso, cada partido pode apresentar até 150% do número de cadeiras a que o estado tem direito no congresso nacional. Sobre a pergunta geral ver Rainbow MURRAY, “Quotas for Men? Reframing gender quotas as a means of quality control”. Encontro anual da APSA, agosto de 2012.